

Trabalho Encomendado - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT04 – Didática

Didática mediada pela alteridade: uma orientação emancipadora em tempos de ensino remoto emergencial

Geovana Ferreira Melo (UFU)

geovana.melo@ufu.br

O artigo objetiva evidenciar desafios e possibilidades de construir o processo ensino-aprendizagem a partir de uma orientação emancipadora no contexto do ensino remoto emergencial, na contramão do direcionamento neoliberal das atuais políticas educacionais. O seguinte questionamento balizou a investigação: Quais os principais desafios emergem para a docência em tempos de ensino remoto? Trata-se de um estudo exploratório, do qual participaram 26 pós-graduandos em Educação. A partir da compreensão de que o ensino, objeto da didática, se configura como fenômeno complexo, portanto, multidimensional, a análise revela a necessidade de construir processos formativos ancorados na didática mediada pela alteridade, considerando o contexto que engendra as relações, nas quais cada um afeta e é afetado.

Palavras-chave: Didática; Alteridade; Ensino Remoto Emergencial; Neoliberalismo.

Breve contextualização

Sobreviveremos? Essa é a indagação que assola milhares de pessoas desde que o mundo foi surpreendido pela grave crise sanitária, há pouco mais de um ano atrás, ocasionada pela pandemia do Coronavírus. Soma-se à pandemia a crise política que devasta o Brasil após o artificioso estratagema jurídico, parlamentar e midiático de 2016, que resultou no impeachment da Presidenta Dilma Roussef. Desde então, a partir do governo Michel Temer até o atual governo de Jair Bolsonaro, grande parcela da população brasileira, especialmente das classes populares, convive com uma situação de expressiva instabilidade das vidas humanas, atormentadas por graves problemas como o desemprego em massa, a precarização do trabalho, a fome, dentre outras mazelas resultantes das desastrosas políticas econômicas que acirram e prejudicam as políticas sociais.

Esse cenário se configura em um processo de desdemocratização do país, portanto, contrário aos fundamentos e objetivos dos pilares do Estado Constitucional Democrático de Direito e, por conseguinte, aos direitos fundamentais, em que os

interesses privados minoritários tornam-se cada vez mais hegemônicos em detrimento do interesse público e da sociedade brasileira. Adorno (1995) nos lembra que não há democracia sem pessoas emancipadas.

Boaventura Sousa Santos (2020) alerta que a atual pandemia não indica uma situação de crise contraposta a suposta normalidade. Entretanto, evidencia o período pós 1980 em que o neoliberalismo foi se instituindo como versão dominante do capitalismo, que não teve outra senda a não se curvar diante da primazia do setor financeiro e, desde então, para Santos (2020, p. 5), “o mundo tem vivido em permanente estado de crise”.

Do mesmo modo, a educação tem sido gravemente atingida, na medida em que há evidentemente dois projetos em disputa: de um lado a defesa por concepções progressistas, crítico-emancipadoras e, de outro lado o fortalecimento e a manutenção de concepções conservadoras de educação. Ou seja, são dois projetos antagônicos que se refletem nos projetos de formação de professores: um pautado na concepção sócio-histórica de formação que se contrapõe a um projeto de formação técnico-instrumental, pautado na padronização e no praticismo superficial que, claramente, assinala um processo de desintelectualização de professores. Vale destacar que esse último é ferrenhamente defendido e concretizado por meio das políticas educacionais no âmbito do atual Conselho Nacional de Educação.

Nesse contexto, a concepção de educação assumida como prática social concreta confronta com o atual cenário marcado por um conjunto de políticas educacionais, muito bem coordenadas, articuladas, espalhadas com a finalidade de “enquadrar” a educação ao campo econômico globalizado.

No entanto, conforme indicam Dardot e Laval (2016) o enfrentamento da racionalidade neoliberal e de suas lesivas consequências e sequelas poderá ocorrer mediante orientações de resistência superadoras que podem e devem ser vivenciadas. Seja por meio de lutas mais amplas, mas também na singularidade das práticas pedagógicas, é possível concretizar uma educação emancipadora que tenha como princípio a didática mediada pela alteridade, mesmo com os limites que o ensino remoto emergencial impõe.

Didática mediada pela alteridade: em busca de uma orientação emancipadora

Ao examinarmos atentamente o campo da Didática em sua trajetória histórica no Brasil é possível identificar que ainda são amplos e complexos os problemas

epistemológicos não resolvidos. A Didática, reconhecida como área de conhecimento da Pedagogia, tem como objeto o ensino-aprendizagem situados nos contextos em que a prática pedagógica se concretiza. Especialmente, quando se considera que a educação escolar no Brasil ocorre em uma sociedade de classes, com marcas profundas de desigualdades de toda ordem – sociais, econômicas, culturais, ainda mais aprofundadas frente ao contexto pandêmico em que o ensino remoto foi a única direção possível para não cessar a educação escolar.

A histórica fragilidade conceitual da Didática, conforme assinalam Franco e Pimenta (2016) está diretamente relacionada à necessidade de considerar o ensino como “um fenômeno complexo e multirreferencial” (FRANCO; PIMENTA, 2016, p. 541). Do ponto de vista epistemológico o campo da Didática demanda atenção para as dimensões teórico-práticas, as finalidades ético-políticas, os princípios fundantes da educação e os contextos sociais em que o trabalho pedagógico se situa.

O conceito de mediação se faz relevante na medida em que assinala a necessária ruptura com paradigmas conservadores de educação, como um de seus desafios históricos. Essa perspectiva conservadora, evidentemente assentada em práticas pedagógicas puramente transmissivas, autoritárias e disruptivas, reduz o ato didático à formação de trabalhadores servis, dóceis e sintonizados com as necessidades dos mercados.

Considerando que, para além da interação sujeito-sujeito, nos contextos de educação formal, a mediação está fundamentada “na relação entre sujeito-conhecimento-sujeito” (SFORNI, 2008, p. 1), ou seja, entre humanos e o conhecimento que se pretende construir, ampliar, aprofundar. Essa direção teórica coaduna com a epistemologia que fundamenta a Didática Multidimensional, pois exige considerar as contradições presentes nas práticas pedagógicas, mas também a possibilidade de constituir relações e interações entre professor-estudantes; teoria-prática; conteúdo-forma, pautadas em processos dialogais mediados pela alteridade.

No dicionário de Filosofia (1998), alteridade significa “ser o outro, colocar-se ou constituir-se como outro”. A palavra alteridade advém do vocábulo latino *alteritas*, em que o radical *alter* indica o “outro”, e *itas* indica “ser” (PORFÍRIO, s/d). Sendo assim, podemos traduzir que alteridade significa “ser o outro”, colocar-se no lugar do outro,

como um exercício vivencial, considerando que essas interações encaminham a ideia de reconhecimento e respeito das diferenças entre as pessoas.

Entretanto, no tempo contemporâneo, em que o neoliberalismo dá corpo ao capitalismo financista, temos assistido o crescente e incessante incentivo ao individualismo, à competitividade e a meritocracia como *modus vivendi* cruel, porque segregador do humano. Essa realidade imputa à educação que se quer revolucionária e, portanto, transformadora, o compromisso com a mudança, mesmo considerando a adversidade dos contextos, das atuais políticas educacionais excludentes que, incongruentes alinham-se à serviço de interesses marcadamente privado-mercantis, representados por grandes grupos de empresários e de reformadores da educação (FREITAS, 2012).

Essas premissas balizadoras das políticas neoliberais de educação nos instam a buscar alternativas propositivas para construção de uma sociedade menos excludente, mais justa e igualitária. Especialmente, nos contextos escolares e universitários, que movidos por uma perspectiva histórico-crítica de educação, tem sido sustentado por inúmeras professoras e professores, desafiados cotidianamente a se reinventar para fazer suas aulas, a desaprender para reaprender, mesmo na insuficiência de recursos didático-pedagógicos e materiais, impostos pelas aulas remotas, assim como pelo descaso de alguns governantes com a educação.

Mas até que ponto é possível vivenciar uma didática mediada pela alteridade como possibilidade de fazer rupturas com o paradigma conservador no sentido de alcançar uma orientação emancipadora em tempos de ensino remoto emergencial?

Diante desses desafios, o presente artigo foi inspirado em uma vivência da autora, no contexto de um Programa de Pós-Graduação em Educação, em uma universidade situada no Triângulo Mineiro, no segundo semestre do ano pandêmico de 2020, com 26 estudantes de pós-graduação, dos cursos de mestrado e doutorado e que se constituiu em possibilidades de ruptura com o paradigma conservador de prática pedagógica.

Diálogo com o material empírico: a experiência com ensino remoto na pós-graduação em educação

O material analisado refere-se às vivências formativas ocorridas no contexto da disciplina eletiva, denominada Tópicos Especiais em Saberes e Práticas Educativas: Pedagogia Universitária. Ao final do semestre foi solicitado aos estudantes que

respondessem um questionário com questões abertas referentes ao processo formativo vivenciado.

A disciplina havia sido iniciada no mês de março e teve as atividades suspensas em função da pandemia. Somente no mês de agosto as atividades foram retomadas em modo remoto, o que nos desafiou a buscar formas de organizar o conteúdo, considerando os princípios de uma didática crítica que, de fato, pudesse balizar a prática pedagógica, apesar de todas as adversidades em diversas dimensões, especialmente, a emocional, marcada pela vulnerabilidade, medo e pavor diante dos crescentes números de vidas perdidas pela Covid-19.

Nesse contexto, uma das finalidades da educação crítica é a emancipação associada à necessárias transformações, tanto na dimensão individual, quanto social do existir humano. Portanto, para que de fato a educação emancipatória ocorra, deverá ancorar-se em práticas pedagógicas dialógicas, solidárias, colaborativas, inerentes ao trabalho coletivo, com a finalidade de fortalecer a autonomia, assim como as identidades individuais e sociais. Esse processo fundamenta-se no profundo exercício reflexivo, mediado pela teoria, pelo movimento de compreensão da realidade, de suas contradições e possibilidades, rumo à concretização de ações transformadoras e superadoras das relações sociais de dominação, por meio da mediação que provoca interações dialéticas.

Coerentes com esses princípios didáticos de organização da prática pedagógica, nossa escolha metodológica teve por objetivo contribuir para ampliar os saberes dos pós-graduandos, de modo a que aprofundassem suas análises sobre suas próprias experiências formativas, reconstruindo-as. Por meio de debates, apresentação de sínteses integradoras, seminários, vídeos e filmes, os caminhos teóricos foram percorridos e aprofundados.

Uma das indagações do questionário referia-se às temáticas desenvolvidas e referências teóricas estudadas, do ponto de vista de suas contribuições. Os estudantes foram unânimes em considerar o valor, não somente do conjunto de referências teóricas, mas, sobretudo a forma dialógica com que foi trabalhada.

Ao responderem sobre as metodologias utilizadas ficou evidenciado o valor das práticas dialógicas, da partilha de saberes, das interações, do respeito à pluralidade de ideias e concepções. Foram recorrentemente destacados os seguintes aspectos: “a discussão, a problematização, a reflexão foram o fio condutor das aulas” (Q4-Doutoranda); “Convocar a turma a participar por meio de diversas estratégias adotadas

ao longo da disciplina foi importante para possibilitar trocas de experiências e de diferentes visões” (Q9-Doutoranda); “A dinâmica dos encontros foi significativa e envolvente. As apresentações dos colegas foram ricas não somente de aprendizagens, mas de muito afeto” (Q20-Mestranda); “Por meio de problematizações, meus pensamentos foram colocados em conflito, minhas angústias e contribuições foram compartilhadas com os colegas” (Q23-Doutoranda).

Os registros revelaram o significado de vivências formativas pautadas no diálogo transformador, porque capaz de provocar a superação de práticas pedagógicas puramente transmissivas, linearizadas. Pelo contrário, por meio do debate, muitas vezes, vozes dissonantes ecoaram permitindo o lugar do contraditório, a busca por novas direções, sempre alicerçadas no respeito com o outro, na cooperação e colaboratividade.

Ao serem questionados sobre as relações interpessoais construídas no decorrer do processo formativo, uma das palavras mais marcantes foi a solidariedade, seguida de respeito e afetividade. Nos registros podemos apreender as seguintes manifestações: “ambiente de trocas respeitadas e fraternas; instaura-se um desejo de estudar com o outro e de, quando possível, ajudar o outro” (Q8-Doutoranda); “Estas aulas foram de muita afetividade por parte de todos, as pessoas se mostraram muito dispostas a se relacionarem, a se ajudarem. Nas apresentações, no auxílio as dificuldades um do outro, na disposição ao diálogo...” (Q17-Doutoranda); “As relações foram muito positivas, estamos em momento de carência e de solidão, mas a afetividade e solidariedade presente no grupo nos inspiraram em todos os encontros, nos tornando mais fortes e esperançosos!” (Q20- Mestranda).

Os registros indicam manifestações de alteridade, considerada como “[...] o processo construído pela relação particular e intensa entre diferentes sujeitos, os quais possuem opções e projetos também diferenciados”. (FURTADO, 2015, p.4). Para o referido autor, o reconhecimento do “outro” como parte integrante de si e da relação interpessoal reflete-se na reciprocidade das relações. Portanto, a alteridade deve ser reconhecida como constituinte das relações humanas e, principalmente, deve ser afirmada nas situações e acontecimentos cotidianos como valor social e educacional dos mais relevantes e não somente como discurso politicamente correto. Os depoimentos dos estudantes indicam que a prática docente, ao ter sido organizada prioritariamente em

metodologias interacionistas, foi capaz de promover o ensino significativo e comprometeu-se com o sentido de alteridade nesse contexto.

Conclusões

A prática pedagógica, ao constituir-se a partir da alteridade, concebida como processo construído pelas inter-relações entre sujeitos diferentes, que por sua vez são constituídos por concepções, histórias de vida e projetos diversos, configurou-se como inspiradora orientação emancipatória, em tempos de ensino remoto.

Em contraposição ao direcionamento neoliberal das atuais políticas educacionais, que incitam a competitividade, o individualismo e que se constitui como aspectos bastante nocivos ao projeto de sociedade que historicamente defendemos, a didática mediada pela alteridade consolidou valores como solidariedade, empatia, acolhimento a diversidades, a pluralidade de ideias e concepções. Assim, parte dos desafios contextuais e conjunturais foram coletivamente superados, na medida em que o processo pedagógico pautou-se em interações colaborativas. Portanto, possibilitou não somente a apreensão de conceitos, mas, especialmente, o reconhecimento de que é possível aprender com o outro e alcançar o desenvolvimento de sujeitos plurais, por meio da apreensão dos múltiplos significados desse existir humano.

A partir da compreensão de que o ensino, objeto da didática, se configura como fenômeno complexo, portanto, multidimensional, a análise revela a necessidade de construir processos formativos ancorados na didática mediada pela alteridade, considerando o contexto que engendra as relações, nas quais cada um afeta e é afetado.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 35.

ADORNO, T. W. *Educação e emancipação*. São Paulo, Paz e Terra, 1995.

DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal*. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

FRANCO, M. A. e PIMENTA. (2016). Didática Multidimensional: por uma sistematização conceitual. In: *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 37, nº. 135, p.539-553, abr.-jun. 2016.

FREITAS, Luiz Carlos. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr/jun. 2012.

FURTADO, J. *Docência e alteridade*. 2012. Anais. Congresso de Educação Básica – Aprendizagem e Currículo. Disponível em: <http://juliofurtado.com.br/wp-content/uploads/2016/03/coeb.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2021.

PORFÍRIO, Francisco. "Alteridade"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/conceito-alteridade.htm>. Acesso em 21 de agosto de 2021.

SANTOS, Boaventura Sousa. *A cruel Pedagogia do Vírus*. Coimbra: Edições Almedina, 2020.

SFORNI, M. S. F. Aprendizagem e Desenvolvimento: o papel da mediação. In: Vera Lúcia Fialho Capellini; Rosa Maria Manzoni. (Org.). *Políticas públicas, práticas pedagógicas e ensino-aprendizagem: diferentes olhares sobre o processo educacional*. Bauru-UNESP/FC/SP: Cultura Acadêmica, 2008.